

## LÍNGUA E LINGUAGEM EM SALA DE AULA

*M<sup>a</sup> del Pilar ROCA*  
(UFPB)

### **Resumo**

o presente artigo faz uma proposta de reflexão sobre as diferenças entre língua e linguagem de modo a possibilitar uma renovação nas práticas de ensino da língua, seja vernácula ou estrangeira, no espaço da sala de aula. A renovação deve estar orientada para formar uma sensibilização sócio-política no aluno. Na medida em que os significados são atribuídos a uma negociação de sentidos, o elemento humano se instala no campo lingüístico e se estimula o relativismo lingüístico e a tolerância social como um passo necessário para a formação de uma sociedade plural e tolerante.

**Palavras-chave:** formação de professores; significados e sentidos; linguagem e práticas sociais.

### **1 Língua, linguagem e comunicação**

Em termos gerais, é bastante demorado os alunos entenderem que a linguagem tem como função servir primeiramente ao pensamento (que é heterogêneo) e não à comunicação, embora seja utilizado para ela com alta frequência.

Vou tentar esclarecer isso com um exemplo absolutamente inventado, mas passível de acontecer. Vamos imaginar que nós acostumamos jogar golfe e por isso temos um kit de tacos no saguão da nossa casa. Um dia entra um assaltante

na casa, pegamos um desses tacos e damos um forte golpe no ladrão que cai inconsciente no chão, tempo suficiente para ligarmos para a polícia. Ninguém tiraria a conclusão de que para deter ladrões é necessário guardar um kit de tacos de golfe no saguão da sua casa, seja ou não um jogador de golfe. Além do mais a discussão poderia estender-se sobre os diferentes métodos que poderiam dar certo, como uma vizinha ter parado um ladrão com um golpe de panela; outra, fugindo de casa e trancado o ladrão enquanto ligava para a polícia de um orelhão; outro ainda pode ter-se escondido no banheiro e acionado a polícia ligando do seu celular.

A lista de possibilidades seria infinita e cada um teria a própria receita para resolver o caso. Mas não só isso, provavelmente cada um deles reagiria de maneira diferente em cada caso. A panela foi projetada para cozinhar e o taco de golfe para jogar golfe e não se deveria cobrar deles outro uso, embora de maneira ocasional isso traga bons resultados. No entanto, isso não os transforma em nada mais que um taco de golfe e uma panela. O que resolve a situação em todos esses casos não são os objetos utilizados e sim a capacidade para deslocar coisas na mente, para criar relações de maneira que se enxerguem novas possibilidades a partir dos dados que se apresentam nesse momento. Nestes casos não há método ou receita, mas sim a particular atividade cerebral dos envolvidos. Todas estas pessoas deram um jeito para resolver a situação sem consultar previamente um dicionário de "casos de assalto".

Com base neste exemplo quero fazer a primeira chamada de atenção:

- (i) o pensamento é a nossa capacidade criativa para resolver problemas.

A discussão sobre o que seja a linguagem é constante e não está esgotada. Há quem a usa como sinônima de "língua" e quem a usa como sinônima de "pensamento". O uso da

linguagem (Noam Chomsky afirma que a linguagem é um órgão) é um auxílio do pensamento e está vinculado à particular maneira dos seres humanos se relacionarem com o universo da experiência. No entanto, ela é também uma arma de dois gumes porque, embora seja a ferramenta mais poderosa para a criação, ela é também o elemento que mais isola do mundo social. Os processos da mente são muito mais rápidos que as articulações da fala e estão organizados por outros princípios. Eles se organizam ao redor da procura de soluções a problemas determinados, ao passo que a língua tem um componente socializante que pode até chegar a ser terapêutico. Em outras palavras, para exercer o pensamento não é necessária outra coisa que a herança genética, porém para desenvolver a dimensão social é necessário o confronto com outros membros da espécie. Então, a segunda conclusão, temporária e instrumental para os fins que quero aqui alcançar, e que devemos ter presente neste estudo é que:

(ii) a linguagem é para pensarmos; a língua é para nos relacionarmos.

Há, entretanto, uma incompatibilidade básica nesta parceria entre linguagem e língua, porque a grande vantagem da língua é a grande desvantagem do pensamento para ele se manifestar com clareza. A língua se apóia nas convenções que homogenizam a comunicação e acreditam garanti-la a partir da repetição do conhecido (reproduz o tema). Muito diferentemente disto, do ponto de vista conceitual, o pensamento cria (desenvolve o tema). A língua está vinculada à convenção linguística, o pensamento não. Inclusive às vezes para se desenvolver plenamente precisa desrespeitá-las.

Devemos ter presente que o pensamento é o que caracteriza o homem perante o resto da natureza. Porém, ele é contraditório e imprevisível. Diferentemente do defendido por Aristóteles, o filósofo e antropólogo Ernst Cassirer (2005) acreditava que o homem é um ser simbólico, não racional.

Isto, talvez, pode explicar por que às vezes as pessoas fazem o contrário do que pensam. Para Cassirer (2005), o homem formula mitos como uma maneira de se adaptar aos diferentes ambientes, como uma maneira de sobreviver. E o mito contém dentro de si a articulação convincente de elementos aparentemente incoerentes que, contudo, fazem o ser humano socialmente operativo.

No outro extremo, e levada por razões práticas, a língua força à comunicação em gaiolas de significados pré-estabelecidos, cadastrados geralmente em um dicionário. Seria o caso, por exemplo, de um grupo de vizinhos que se reunissem para elencar os modos de colocar um ladrão em fuga. Eles poderiam falar a partir de uma longa lista de experiências que colocaria em relação uma panela, um celular e um taco de golfe como ferramentas indispensáveis para aprisionar um ladrão. Isso é obviamente ridículo. Todavia, quando levamos isso para o território da língua, não parece tão óbvio e esquecemos que o significado das palavras continua ativo porque existe uma comunidade de falantes que continua a fazer correspondência entre elas e determinados sentidos, fruto de experiências. Pode ser que colocar em relação essa tríade seja ridículo em algum caso, porém pode ser que em outra situação esteja carregada de sentido. A presença ou ausência de sentido depende do que o falante queira dizer e não tanto dos significados das palavras descontextualizadas. Assim, estamos chegando a uma terceira e a uma quarta conclusão:

(iii) os sentidos são fruto de experiências que dão significado às palavras e às ações

e

(iv) os sentidos estão nas pessoas, os significados nos dicionários.

A comunicação acontece nas margens dos sentidos

manipulados entre as pessoas envolvidas na resolução de algum problema. Para isso deve existir um consenso na busca de soluções a um problema determinado. De outro modo não há troca de pensamento entre duas pessoas, nem tão pouco comunicação. Se se faz da língua a principal ferramenta de comunicação, de certa forma se está constantemente sacrificando o pensamento.

Na verdade, muito do que pensamos é mutilado quando, através da língua, torna-se discurso inteligível porque de uma maneira geral as pessoas acham que a língua é um conjunto de convenções lingüísticas fixas, e só isso, sem levar em consideração os valores que a fazem compreensível. Isto é, a língua se transforma em instrumento de nossos interesses imediatos. No entanto, para que a língua coopere em termos comunicativos devemos entender que

(v) os significados são consequência de uma negociação de sentidos.

Estamos constantemente processando idéias e conjugando regras e mitos. No entanto, quando os traduzimos em discurso e informamos a outros, é como uma pseudo-paralisia nos tomasse, parecendo interromper o fluxo ininterrupto pelo qual o nosso pensamento está envolvido, quando, enfim, o enformamos. Esse constante recorte que ocorre quando damos forma às nossas idéias, através das nossas convenções lingüísticas ou não-lingüísticas, propõem uma efemeridade ao nosso discurso. Não damos conta de tudo o quanto pensamos, nem como pensamos. Ao vertermos alguma coisa em código lingüístico ou não-lingüísticos transmitimos só uma mínima parcela do nosso pensamento. Mas o que se pretende provocar é que o pensamento, mesmo enformado, reflète certo domínio da língua, que rege quem a usa, e habilidades próprias para agir, se comunicar de quem a contextualiza. Dessa forma, a língua, que parece aprisionar o pensamento, o liberta. Ou dito em outras palavras, na língua

se faz possível a comunicação do pensamento quando quebra a forma munida da sua coerência interna, criando novas possibilidades no mundo físico. Então, a credibilidade de um discurso é possível, embora não se corresponda com nenhuma convenção.

(vi) o pensamento se comunica desafiando à forma conhecida

No entanto, isto cria um grave problema, porque como diz o sociólogo Zygmunt Baumann (2000, p.9), *as crenças não precisam ser coerentes para que se acredite nelas*. Isso dificulta o trabalho de diferenciarmos quando a falta de encaixamento formal corresponde a um ato criativo ou a uma falta de coerência, a um preconceito, a uma crença fortemente instalada na mente que desafia uma tradição sabia da comunidade. É difícil para os membros envolvidos na comunidade diferenciar uma tradição de uma convenção ultrapassada. Só o diálogo autêntico à luz do passo dos tempos pode ajudar na resposta. Mas isso significa aceitar o conflito.

De fato, às vezes, pensamos que estamos nos comunicando por que não há conflito entre discursos. O que há, em muitos casos, é o revestimento de elementos emocionais que envolvem os diferentes tipos de comunicação, como a retórica ou a oratória, disciplinas que trabalham para alcançar seus objetivos "mexendo" ou "apelando" para os sentimentos das pessoas, as condicionando-as a agirem em determinada direção. Isso, como já Martin Buber (2007) alertou, acontece na política ou na publicidade, no duvidoso caso de que ambas sejam realmente campos da comunicação diferentes e diferenciados. Porém devemos ser cientes de que uma coisa é o que acontece quando falamos e outra o que nós achamos que está acontecendo. Porque a idéia nem sempre condiz com a realidade. Até porque as idéias (ou pensamentos) são invariavelmente frutos das relações. O discurso articulado por um indivíduo sempre estará impregnado de suas percepções e das exigências de um ambiente ou situação.

## 2 Levar o pensamento para o nosso time

O pensamento evolui em conseqüência de uma atitude que pratica o relativismo lingüístico como maneira de formar relações imprevistas, ao passo que a língua deve pôr limites a uma criatividade que provocaria tantas mudanças como impossibilidades comunicativas. A relativização do pensamento se adquire mediante o desenvolvimento das capacidades de *escuta e observação* dos fatos humanos, que são, em essência, fatos lingüísticos.

Há vários fatores que devem ser levados em consideração para fazer entender como a escuta e a observação podem ser recebidas de forma clara. O ser humano tem *entendimento, memória e vontade* cujo funcionamento inter-relacionado determina seu conhecimento. Isso já dá uma clara idéia de que os processos que levam a ele são basicamente subjetivos. Todas as pessoas têm objetivos e para eles são direcionadas as suas ações. A vontade direciona a coleta de informações e organiza o entendimento; este seleciona e deposita na memória os resultados que têm eficácia prática para os fins escolhidos. Desta forma, temos uma outra conclusão:

(vi) os processos do pensamento se estruturam ao redor de um princípio de relação.

Por isso, se o homem, como afirmava o filósofo e médico Maimónides, orienta seu olhar para seus objetivos, e estes são determinados pelo pensamento, é necessário sermos conscientes dos processos que o conduzem. Isso é importante para entendermos para onde se encaminha o olhar das pessoas com quem estabelecemos um relacionamento em termos de comunicação, e muito especialmente se o relacionamento que temos com eles é no campo educativo e na sala de aula. Isto é, se formos professores, deveremos ser educadores. Nós podemos estar de acordo ou não com os

objetivos de alguém, mas se queremos educá-lo, devemos entender para onde ele orienta seu olhar.

### **3 Conseqüências em sala de aula. Princípio de relação versus necessidade de adequação ao método**

Até agora tentei esclarecer de modo prático as diferenças entre significados e sentidos, entre linguagem e língua, isto e, entre pensamento e forma final. O primeiro é necessário e inato no homem, mas o segundo é acidental e adquirido. Entre eles, a correspondência é arbitrária e depende das escolhas formais que cada um faz, sem prejuízo das formalizações finais. No entanto, o caminho para o conhecimento é bem sucedido se respeitado o princípio de relação com o qual a linguagem opera.

Os alunos consideram que o ensino de línguas, inclusive as línguas vivas, é realizado através de práticas educativas centralizadas no livro, no professor e no quadro. Em coerência com isto, os alunos só consideram que estão estudando e apreendendo quando algum desses fatores (professor, livro ou quadro) entra em jogo. Essas dinâmicas enfatizam a aprendizagem de questões formais mediante o apelo à memória em curto prazo, passiva e sem negociação de sentidos. A maioria dos alunos acha que só com a aparição de um desses elementos estão no processo de aprendizagem. Porém, se voltamos para o exemplo com o qual começamos este estudo fica claro que o sucesso na hora de alcançar os fins de cada um não se deveu à panela, ao taco ou ao celular, mas ao uso que essas pessoas fizeram do instrumento escolhido. Portanto,

(vii) a aprendizagem se articula ao redor de um princípio de relação

mas



(viii) a prática educativa está voltada para a adequação ao método.

Esta oposição leva a um impasse de difícil solução, se para educar um aluno a instituição insiste nas fórmulas tradicionais de ensino. Lembro que uma das minhas orientadas para mestrado apresentou com um dado que nem ela era consciente logo de início da importância da observação que fizera. Enquanto ela preparava o pré-projeto, observou que os professores usavam os desenhos livremente elaborados pelas crianças para começar a alfabetização. Eles estavam tentando convencionar a criatividade dos meninos para forçar a aprendizagem da convenção lingüística. Queriam vincular a criatividade (processos do pensamento) com a arbitrariedade da forma lingüística. Era o que se vinha fazendo desde que João de Barros escreveu a primeira cartilha para alfabetizar os meninos. Começava com desenhos e finalizava com o Pai Nosso e os mandamentos da Santa Madre Igreja. Ele queria educar a partir de um projeto de ideologização, de doutrina. Com tudo, linguagem, pensamento e criatividade é a mesma coisa, bem diferenciadas da língua, e elas reagem à normalização e à convenção que caracteriza esta última. Portanto, enquanto professores, devemos ter presente que,

- (ix) uma coisa é doutrinar
- (x) outra coisa é educar.

É difícil que alguém escute se percebe que o outro quer convencê-lo de alguma coisa. Isso é um gênero de agressão. Para garantir a comunicação se deve garantir a igualdade entre os envolvidos. É um passo à frente para educar é entender a diferença entre crença e conhecimento. É claro que a subjetividade é necessária para desenvolver o conhecimento, mas devemos lembrar as palavras de Bauman (2003, p.123) quando nos adverte para o fato de que

Um verdadeiro processo político, consistindo em diálogo e negociação e tendo por objetivo um acordo, seria esvaziado e impossibilitado se, desde o início, fosse suposta a superioridade de alguns contendores e a inferioridade de outros. Mas também acabaria por se deter antes de começar se a segunda interpretação da pluralidade cultural fosse preferida: isto é, a de supuséssemos (como o programa multiculturalista em sua versão mais comum supõe, aberta ou tacitamente) que cada diferença existente é digna de ser perpetuada justamente por ser uma diferença.

### **Considerações finais**

Reconhecer as diferenças, e respeitá-las, é o primeiro passo para o diálogo com a mudança. Isso significa que o multiculturalismo é um ponto de início e não o lugar de chegada, como afirma Bauman (2003). Se pensássemos assim então criaríamos multicomunidades, em vez de uma nova sociedade. No processo de formação de novas sociedades, mais ricas e complexas, mais tolerantes e mais preocupadas em enfatizar o que há em comum a todas elas, a sala de aula tem muito que fazer. Os referenciais que marcam diretrizes curriculares nas escolas de ensino médio de todo o Brasil enfatizam que todas as disciplinas, inclusive o ensino de línguas devem se preocupar pela formação do indivíduo como cidadão de pleno direito na almejada sociedade democrática. A língua em colaboração com o pensamento realiza uma tarefa essencial na autoconsciência. Se a língua é usada como um meio de auto-observação, poderia ser mais bem entendida a maneira como operam os preconceitos, evitando fazer juízos de valor sobre tudo e sobre todos. A língua é peça-chave no enfrentamento das vozes interiores e das suas modulações na construção de inteligibilidade entre sujeitos dotados das mesmas ferramentas intelectuais, mas com experiências de vida e necessidades particularmente desenvolvidas.

O processo e avanço da linguagem, através da

enformação da língua, ocorrem diante de um acurado embate entre humanização e desumanização quando erroneamente assumimos as crenças como se fossem idéias y pensamentos. Cabe a nós, enquanto educadores, buscarmos a auto-avaliação constante, porque se não podemos alterar essa realidade da noite para o dia, podemos, sim, cada qual, dentro dos domínios de suas ferramentas intelectuais, promover um ensino-aprendizagem mais eficaz, embora não evite traumas ou frustrações.

### Referências

- BAUMAN, Zygmunt (2003). *Comunidade, a busca por segurança no mundo atual*. Zahar: Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Em busca da Política*. Zahar: Rio de Janeiro.
- BUBER, Martin (2007). *Do diálogo e do dialógico*. Perspectiva: São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Sobre comunidade*. Perspectiva: São Paulo.
- CASSIRER, Ernst (2005). *Ensaio sobre o homem*. Introdução a uma filosofia da cultura, São Paulo: Martins Fontes.
- ROCA, Pilar. Relações de simulação e relações de autenticidade no ensino de línguas vivas. In: PEREIRA, Regina Celi, e ROCA, Pilar (org) (2009). *Linguística Aplicada. Um caminho com diferentes acessos*. (p. 140-171). São Paulo: Contexto.

